



Colóquio Web Currículo: Contexto, Aprendizado e Conhecimento Mostra de Pesquisa em Currículo

08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP



NEOLIBERALISMO E AS REFORMAS EDUCATIVAS EM FINAIS DO SÉCULO XX

Aline Rabelo Marques

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

aline_rm1@hotmail.com

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

fabiany@uol.com.br

Modalidade: Comunicação Oral

Eixo Temático: 1. Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares;

Resumo: Este texto apresenta algumas análises, ainda em produção para dissertação de mestrado, que incorrem em estudos acerca da interferência dos delineamentos neoliberais no campo educativo, bem como a incorporação de teses da teoria do capital humano e da teoria das competências no desenvolvimento de documentos curriculares no interior das reformas educacionais dos anos de 1990. Alguns questionamentos são tomados como norteadores, tal como: como a política neoliberal de finais do século XX interfere nas reformas educativas deste mesmo período? Como o discurso neoliberal se apresenta no campo educativo? Tem-se por hipótese que as reformas educacionais produzidas na década de 1990 foram expressões do neoliberalismo num movimento de revisitação da Teoria do Capital Humano e incorporação de teses da Teoria das Competências, ligados ao desenvolvimento curricular.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Currículo; Reformas Educacionais; Capital Humano; Competências.

Abstract: This paper shows some analysis, still in production for dissertation, that incurs studies on the interference of neoliberal designs in the educational field, as well as the incorporation of theories of human capital and the theory of skills in developing curriculum documents within the educational reforms of the 1990s. Some questions are taken as a guide, such as: how does the neoliberal policy of the late twentieth century interfere with the educational reforms of that period? How the neoliberal discourse is presented in the educational field? I has been a hypothesis that educational reforms produced in the 1990s were expressions of neoliberalism in a movement of revisiting the Human Capital Theory and incorporation of Theory Skills thesis, linked to curriculum development.

Keywords: Neoliberalism; Curriculum; Educational Reforms; Human Capital; Skills.



Colóquio Web Currículo: Contexto, Aprendizado e Conhecimento Mostra de Pesquisa em Currículo

08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP



1 INTRODUÇÃO

Este texto apresenta algumas análises, ainda em produção para dissertação de mestrado, que incorrem em estudos acerca da interferência dos delineamentos neoliberais no campo educativo, bem como a incorporação de teses da teoria do capital humano e da teoria das competências no desenvolvimento de documentos curriculares no interior das reformas educacionais dos anos de 1990.

Para a construção das análises, alguns questionamentos foram tomados como norteadores: como a política neoliberal de finais do século XX interfere nas reformas educativas deste mesmo período? Como o discurso neoliberal se apresenta no campo educativo? Como as teorias do capital humano e das competências são tomadas de empréstimo no cenário educativo, especificamente, no desenvolvimento curricular? De que forma os documentos curriculares locais, isto é, produzidos por redes de ensino em estados e municípios, atuam na consolidação do processo de distribuição de conhecimentos?

Nesse exercício de investigação, estamos orientados pela hipótese de que as reformas educativas produzidas na década de 1990 foram expressões do neoliberalismo em um movimento de revisitação da Teoria do Capital Humano e incorporação de teses da Teoria das Competências, ligados ao desenvolvimento curricular¹.

No interior das reformas, os documentos curriculares ganham centralidade como materialização dos processos de seleção e distribuição de conhecimentos, ao mesmo tempo, que produzidos em meio a reformas, inclusive no campo econômico, são expressões do aspecto educativo da política neoliberal, fundada nos princípios da privatização, descentralização, redução da esfera pública no oferecimento da educação, assim como na modificação do currículo ao serviço do mercado.

¹ Idealizado por meio da implantação de uma política curricular, objetivadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Diretrizes Curriculares para Educação Básica com documentos oficiais orientados para o trabalho escolar.



Colóquio Web Currículo: Contexto, Aprendizado e Conhecimento Mostra de Pesquisa em Currículo

08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP



Essas expressões acabam por delinear a escola, como um lócus estratégico na construção de respostas educativas aliadas às projeções do desenvolvimento econômico e social, incrementadas pelos organismos financiadores.

Ao diferenciar os aspectos do neoliberalismo, operamos com a ideia de que em cada campo (educativo, econômico, etc.) as proposições da política neoliberal ganharam contornos específicos e, neste sentido, colocar em discussão os propósitos educativos não implica em desconsiderar a base econômica, ao contrário uma tentativa de ir além, compreender sua interferência na constituição e desenvolvimento de propostas educativas.

O texto está organizado em duas seções. A primeira apresenta a discussão do contexto neoliberal na década de 1990 e as reformas educativas, fazendo breves apontamentos históricos e conceituais dentro das limitações aqui impostas; e a segunda, incursiona por análises, ainda que pontuais, sobre o currículo proposto no interior do movimento de reforma e suas aproximações às teorias do capital humano e teorias das competências.

2 DAS PROPOSIÇÕES NEOLIBERAIS ÀS REFORMAS EDUCACIONAIS: DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Partimos da premissa que há um equívoco em tratar o neoliberalismo como apenas um modelo de desenvolvimento ao invés de entendê-lo como uma das fases do sistema capitalista de produção, resultado das lutas de classes. De fato, o neoliberalismo apresentou-se como uma “nova” proposição de ordem social consequente das crises estruturais do capitalismo, especialmente no período pós-guerra, expressa na dificuldade dos Estados Nacionais manterem estáveis os índices da inflação. Nesse trabalho entende-se o neoliberalismo

[...] como uma estratégia de poder que se implementam sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, etc. e, por outro através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as



Colóquio Web Currículo: Contexto, Aprendizado e Conhecimento Mostra de Pesquisa em Currículo



08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP

reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades. (GENTILI, 1996, p.949).

O neoliberalismo é resultado de um processo hegemônico complexo. Se por um lado, apresentou-se como um conjunto de estratégias pensadas para o enfrentamento das crises do capital de meados do século XX, por outro mostrou-se como um imperioso projeto ideológico, que disseminou um novo senso comum, o qual legitimava o movimento de reforma propostos pelas classes dominantes para diferentes espaços sociais. “Os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível (ainda que, às vezes, dolorosa) para a crise.” (GENTILI, 1996, p.950). O processo de inculcação ideológica possibilitou aos Estados Nacionais incrementar políticas, metas, planos alinhados aos receituários neoliberais.

O processo de imposição do neoliberalismo gerou mazelas que se manifestaram na educação escolarizada, “[...] o neoliberalismo em educação deve ser compreendido muito mais como uma política de regulação do Estado do que como uma política educacional de governo”. (HYPOLITO, 2010, p.1339-1340). Gentili (1996) afirma que os neoliberais entendem que “[...] os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de quantidade, universalização e extensão.” (p.952). Na tentativa de enfrentar essas questões, o ideário neoliberal estabeleceu testes de mensuração como instrumento para avaliar as escolas, no que diz respeito ao: fracasso, êxito, gestão, fundação-escola, controle do Estado, administração privada.

Em parte a renovação parece estar assentada nos princípios do capital humano que constituiu como modelo principal, em finais dos anos 1990, a eficiência, a equidade e a excelência. No campo educativo a *eficiência* significa prestação de contas (por meio de avaliações) que veem a escola como uma unidade organizacional (objetivo definidos, planejados, processos mensurados, diagnóstico das dificuldades para subseqüentes revisões de planos). Já a promoção de *igualdade* de oportunidades se faz presente na noção de que o Estado contribui com suas normas e regras para o bem estar e felicidade



Colóquio Web Currículo: Contexto, Aprendizado e Conhecimento Mostra de Pesquisa em Currículo

08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP



dos indivíduos, surgindo então o utilitarismo onde os mesmos assumem a maximização da utilidade.

Se “[...] a educação promove o desenvolvimento cognitivo e se este está na base do crescimento econômico, então, a relação educativa pode ser perspectivada pelas noções de custo e benefício, sendo função da política curricular maximizar esse resultado”. (PACHECO, 2003, p. 61). Contudo, o desenvolvimento curricular é uma das expressões do discurso neoliberal hegemônico com retórica no campo educativo.

Como projeto ideológico, o neoliberalismo pensa e projeta política curricular, de forma a “[...] adequar o currículo e a vida cotidiana das escolas às necessidades dos mercados econômicos.” (TORRES-SANTOMÉ, 2003, p.194). Por meio do campo educativo o neoliberalismo inculca e legitima sua construção ideológica, reduzindo a educação ao atendimento as demandas do mercado, afetando todos os conteúdos disciplinares, que acabam por dissimular concepções politicamente conservadoras e neoliberais.

3 APROXIMAÇÕES DO CURRÍCULO ÀS TEORIAS DO CAPITAL HUMANO E DAS COMPETÊNCIAS

As reformas curriculares, entendidas aqui como eixo central das reformas educacionais da década de 1990, surgiram no interior do movimento de reorganização do capital, justificadas pelos avanços tecnológicos que em tese tornariam os conhecimentos cada vez mais obsoletos. Tal condição dos conhecimentos foi amplamente disseminada pela ideologia neoliberal, na perspectiva de legitimar a urgência de repensá-los para atender este momento de revoluções da tecnologia e da informação. A partir de então, advoga-se em prol de uma educação básica que formasse indivíduos com habilidades, competências e a capacidade de adequar-se às exigências do mercado, isto é, uma escola pelo mercado, para o mercado:

Na perspectiva dos homens de negócios, nesse novo modelo de sociedade, a escola deve ter por função a transmissão de certas competências e habilidades necessárias para que as pessoas atuem competitivamente num mercado de trabalho altamente seletivo e cada vez mais restrito. A educação escolar deve garantir as funções de



Colóquio Web Currículo: Contexto, Aprendizado e Conhecimento Mostra de Pesquisa em Currículo

08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP



classificação e hierarquização dos postulantes aos futuros empregos (ou aos empregos do futuro). Para os neoliberais, nisso reside a ‘função social da escola’. (GENTILI, 1996, p.959).

O desenho educativo esboçado neste período privilegiou contornos de uma revisão da Teoria do Capital Humano, particularmente atrelado ao currículo, pela necessidade de investimento em recursos humanos, que acabou por recontextualizar-se no modelo da Teoria das Competências.

Para Schultz (1973), a educação humaniza o capital aumentando exponencialmente seus lucros “[...] e o poder de conversão de fatores materiais em resultados espirituais, criativos e reprodutivos.” (p.8). A ideia de capital é ampliada para além do aspecto material, expande-se para toda realidade humana, prioritariamente para a própria capacidade de aprimoramento considerada inata aos homens, por meio da proposição de intrínseca relação entre educação e economia, de modo que a educação passa a ser caracterizada como meio de produção de riquezas materiais.

Atualmente, os conhecimentos, embora necessários, parecem não alcançar importância em si mesmos, uma vez que sua relevância passa ser atrelada ao desenvolvimento de competências exigidas dos trabalhadores para a inserção no mercado de trabalho. O mercado identifica no trabalhador habilidades úteis para solução de problemas. Perrenoud (1999), identificado como um dos maiores expoentes do modelo da Teoria das Competências, entende competência como:

[...] uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos. (PERRENOUD, 1999, p.7, grifo do autor).

Os conhecimentos mobilizariam recursos para a solução de problemas no âmbito/contexto do mundo social, especialmente produtivo e, neste caso, para a teoria das competências não importaria o volume de informações e, sim, a qualidade. Interessa que a partir de informações qualitativas, os indivíduos desenvolvessem a capacidade de



Colóquio Web Currículo: Contexto, Aprendizado e Conhecimento Mostra de Pesquisa em Currículo

08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP



selecionar conhecimentos úteis a serem incorporados e com eles agissem no e sobre seu contexto.

As ideias da teoria das competências ganharam espaço privilegiado de incremento no contexto educativo brasileiro nos anos de 1990, na elaboração e organização de documentos curriculares nacionais, os chamados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e do Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI). Contudo, foi por meio dos processos avaliativos, que a ideia de competência ganhou a centralidade nas discussões, principalmente com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em Perrenoud (1999) encontramos uma questão, “vai-se à escola para adquirir conhecimentos, ou para desenvolver competências?” (PERRENOUD, 1999, p.7, grifo do autor), que encontra nos documentos tentativas de respostas a partir de delineamentos acerca da função social da escola.

Vale destacar que do lugar teórico- metodológico em que pretendemos construir nossas análises, isto é, a teoria crítica do currículo, propõe que a escola deve ter por propósito a distribuição de conhecimentos poderosos, contudo vem sendo determinada pela distribuição de conhecimentos dos poderosos, de acordo com a proposição de Young (2007).

Neste contexto problematizar os conhecimentos dos poderosos, colocando no centro desta ação os agentes escolares, desloca o que temos entendido como eixo central da discussão, a seleção e distribuição de conhecimentos para o desenvolvimento de competências, resultante de um sentido totalmente utilitarista. Nesse movimento a escola deixa de exercer seu “propósito específico de capacitar alunos a adquirir conhecimento não disponível em casa ou no seu cotidiano”. (YOUNG, 2007, 1299), o que contribui para um esvaziamento curricular.

4 NOTAS FINAIS

A reorientação curricular foi uma das principais estratégias utilizadas pela reforma educacional dos anos de 1990 para aproximar a educação dos anseios sociais, em



Colóquio Web Currículo: Contexto, Aprendizado e Conhecimento Mostra de Pesquisa em Currículo

08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP



particular os de desenvolvimento econômico. Por meio das discussões curriculares a dinâmica do processo de reestruturação neoliberal encontrou sua melhor possibilidade estratégica de responder à crise do capital em finais do século XX, particularmente pelos processos de seleção e distribuição de conhecimentos. Contraditoriamente, as desigualdades entre as classes parecem resultar deste processo.

Como estratégia de resposta ao campo econômico, os sistemas educativos assumiram as teses do modelo da Teoria das competências como recontextualização da Teoria do Capital Humano, disseminando a ideia de que quanto maior o acúmulo de certificados, melhor o preparo do trabalhador, que por sua vez, teria maiores possibilidades de assumir postos de trabalho de destaque com boas remunerações.

Vale lembrar, que tais proposições surgiram endereçadas aos países de capitalismo periférico, dos quais o Brasil faz parte, numa tentativa de alinhamento as propostas de globalização lançadas pelas economias “desenvolvidas”.

Nota-se que os aspectos econômicos assumiram a centralidade em detrimento dos aspectos políticos e sociais, ou seja, as questões próprias do campo educativo migraram para o econômico, de modo tão contundente que os contornos do desenho de escola desejado e requerido alinham-se às perspectivas do mercado.

Agência Financiadora: CNPq

5 REFERÊNCIAS

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomás Tadeu da & GENTILI, Pablo. (Org.) **Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo?** Brasília: CNTE, 1996. p. 949-964.

HYPOLITO, Álvaro M. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação e Sociedade**. v. 31, n.113, p. 1337-1354, out./dez., 2010.



Colóquio Web Currículo: Contexto, Aprendizado e Conhecimento Mostra de Pesquisa em Currículo



08 de outubro de 2014, PUC-SP, São Paulo, SP

PACHECO, José A. **Estudos Curriculares: para a compreensão crítica da educação.**

Porto: Porto Editora, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre:

Artes Médicas Sul, 1999.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa.**

Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TORRES-SANTOMÉ, J. Os efeitos do neoliberalismo no currículo. In:____. **A**

educação em tempos de neoliberalismo. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003, p.189-220.

YOUNG, Michael. Pra que servem as escolas? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.

28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível

em:<<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 19 set. 2012.